



**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, José Alberto Azeredo Lopes, na XVII  
Reunião de Ministros da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
(CPLP)**

**Díli, Timor Leste, 18-19 Maio de 2016**

Senhor Ministro da Defesa de Timor-Leste, Dr. Cirilo Cristóvão,

Senhores Ministros da Defesa dos Estados membros da CPLP,

Senhor Secretário Executivo da CPLP,

Senhores Diretores de Política de Defesa Nacional,

Senhores Representantes dos Ministérios da Defesa dos Estados-membros da CPLP,

Senhor Diretor do Centro de Análise Estratégica,

Senhores Embaixadores,

Minhas senhoras e meus senhores,

Permitam-me, a começar, que saúde todos os presentes e exprima o empenho de Portugal no aprofundamento da amizade mútua e da cooperação político-diplomática entre os nossos países e bem assim na promoção e difusão da língua portuguesa. E permitam-me, muito em especial, um profundo e sentido agradecimento ao Senhor Ministro da Defesa Nacional de Timor-Leste



Compreenderão também que exprima a minha alegria por estar em Timor-Leste, cujo caminho para a autodeterminação modestamente acompanhei, quer a chefiar uma missão de observadores internacionais aquando da Consulta Popular, quer como relator para o Sector Judicial da Missão do Banco Mundial, em 1999, quer por outras circunstâncias que não cabe aqui desenvolver. Agora regressado na qualidade de Ministro da Defesa Nacional, dando também, *in loco*, testemunho da importância da cooperação bilateral entre os nossos dois Países na área da capacitação institucional e na formação no domínio da Defesa.

Mas, centrando-me no que me aqui traz e porque assim dita a ordem de trabalhos, importa que me debruce sobre algumas das chamadas questões internacionais e sobre as implicações político-militares que, a meu ver, se pressentem no contexto regional para os países membros da CPLP.

Decerto concordarão que, desde a última reunião aqui em Díli em 2008 e ainda mais desde a primeira reunião dos ministros da Defesa a 20 e 21 de Julho de 1998 em Lisboa, as transformações a que temos vindo a assistir, tanto no espaço que nos une, como no mundo – e o nosso espaço toca realmente todo o mundo, como ainda há pouco ouvimos ao Senhor Presidente da República Democrática de Timor-Leste - são de tal complexidade que a todos convidam a desafiar e questionar conceitos e práticas em torno da nossa perceção sobre os riscos e ameaças para a segurança regional e internacional. Conseguimos hoje identificar claramente um arco de instabilidade que, não sendo propriamente novo enquanto foco desestabilizador da vizinhança, se estende



da Ucrânia à Nigéria, do Báltico ao Golfo da Guiné, em acelerado e imprevisível processo de mutação e disseminação para a ordem internacional no seu todo.

As situações de conflito que perduram na Síria, no Iraque, ou nas muitas Sírias e Iraques que teimam em irromper, demonstram como os contornos da realidade superam em muito o que alguma vez imaginámos como ficção, continuando a ser difícil perceber, e ainda mais combater, esta nova “guerra” a que alguns chamam de “híbrida”. Este conceito não é novo e a sua definição está longe de ser consensual, como podemos constatar pelas abordagens distintas à sua definição que podemos ver a desenvolver-se. Porém, a “guerra híbrida” sugere-nos sempre um traço comum: o recurso quer a métodos convencionais e não convencionais, quer à componente regular e irregular, a fronteira entre o que é paz e o que é guerra, entre atores estatais e não estatais, combatentes e não combatentes, dificultando assim a identificação concreta da origem da ameaça, do campo de batalha onde as forças devem ser empregues, e da resposta e decisão a adotar entre o militar e o não militar. Esta dificuldade sentimo-la, por exemplo, quando discutimos os ataques “ciber” e os limites aos meios de “ciberdefesa”.

Perante este cenário, os Estados não mais podem pensar a defesa numa conceção clássica, porque se o fizerem, já perderam. Disso é bem exemplo o que recentemente se passou na Europa onde, como bem sabem, um Estado declarou “guerra” a um agressor que, de forma indiscriminada, tem como alvos deliberados os civis e como *modus operandi* a imprevisibilidade. Mas, um agressor que, por outro lado, é também combatente e parte nos conflitos sírio e iraquiano. Assim, após os atentados terroristas em Paris em 13 de novembro do ano passado, e pela primeira vez na história da União



Europeia pós Tratado de Lisboa, foi invocada a cláusula de defesa mútua, nos termos do artigo 42.º, n.º 7 do TUE, segundo a qual se um Estado-Membro for alvo de agressão armada no seu território, os outros Estados-Membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance. Um pedido francês foi apresentado bilateralmente a Portugal, propondo uma alternativa: a participação portuguesa nas operações de luta contra o Daesh, na Síria, por exemplo, ao nível da recolha de informações, logística e de reabastecimento em voo; e participações militares portuguesas acrescidas em Teatros de Operações em África onde a França se encontra empenhada e “onde já não poderá estar sozinha”. Saberão, com certeza, que tomámos a decisão de participar na missão das Nações Unidas MINUSCA, na República Centro-Africana, o que representa, como gostamos de dizer, um regresso às missões das Nações Unidas.

Portugal assume-se, por conseguinte, como um contribuinte efetivo e consistente para a segurança coletiva e como membro de uma comunidade que partilha princípios e valores da democracia e da defesa dos direitos humanos. Assume, assim, plenamente, as suas responsabilidades no panorama internacional. Que não restem dúvidas e digo-o com clareza: Portugal continua a assumir-se como um dos principais atores, seja a nível bilateral, seja a nível multilateral através da participação em operações e missões internacionais no quadro das Nações Unidas, da União Europeia ou da NATO.

Participamos, como é sabido, na coligação composta por 65 aliados que se comprometeram com os objetivos de eliminar a ameaça representada pelo Daesh enquanto ameaça para o Iraque e para a região e, numa visão mais ampla, para a



comunidade internacional, isto é, como uma ameaça global que, como disse o CSNU, tem capacidade para atacar de forma global.

No âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, no último ano, a participação portuguesa consubstanciou-se na participação no Quartel-General da operação naval da UE de combate à pirataria no Corno de África (EUNAVFOR Atalanta); numa missão de treino militar da UE para a formação das Forças de Segurança somalis (EUTM Somália); numa missão de treino militar da UE para a formação das Forças de Segurança no Mali (EUTM Mali) e da Missão militar PCSD de monitorização e aconselhamento (EUMAM RCA). Portugal apoiou, ainda, o lançamento da Operação militar Sophia, destinada a contribuir para o desmantelamento das redes de imigração ilegal e de tráfico de seres humanos na zona sul do Mediterrâneo central, envidando esforços para identificar e capturar os responsáveis pelo tráfico e destruir os navios antes de serem utilizados pelos traficantes. Será também de realçar o reforço da participação de Forças Armadas portuguesas em missões coordenadas pela Agência Europeia FRONTEX, onde se empenharam meios navais e aéreos para a vigilância de fronteiras, num esforço de combate à imigração ilegal e às suas causas.

Na preparação da Cimeira de Varsóvia da NATO e nos contributos que tem dado para a futura Estratégia Global da União Europeia, a posição de Portugal mantém uma aproximação coerente: a leste, não podemos ignorar a instabilidade decorrente da alteração da estratégia da Rússia em relação à sua vizinhança, sem nunca esquecer o diálogo e a negociação. A sul, porque não podemos ficar indiferentes às guerras civis na



Síria e na Líbia, e em especial ao crescimento e expansão do DAESH, no sul, bem para lá do próprio sul, ou da ameaça, hoje, aparentemente menos nítida, do Boko Haram.

No âmbito da iniciativa 5+5 defesa no mediterrâneo, e como resultou da reunião de Tunes na qual participei no final de 2015, o desafio de articular segurança e defesa, quer numa perspetiva mais convencional quer no plano dos desafios e ameaças ciber, é ainda mais premente para manter o clima de confiança e de franca colaboração que desde 2004 une as duas margens do Mediterrâneo ocidental. Esta região constitui uma das nossas fronteiras marítimas; decerto se percebe conseqüentemente a relevância deste fórum, onde, cada vez mais, se inclui aliás como um dos vetores fundamentais da cooperação no combate ao terrorismo transnacional.

A segurança marítima é uma das prioridades estratégicas de Portugal, desde logo ao assumir a Presidência do Grupo alargado do G7 dos Amigos do Golfo da Guiné durante o ano de 2016, sucedendo à França que coordenou o grupo durante 2014 e 2015. Pela primeira vez um Estado não-membro do G7 tem esta incumbência. O programa da presidência portuguesa tenta combinar ambição e realismo, com foco em três prioridades-chave. Em primeiro lugar, deverá continuar a incentivar a operacionalização completa da arquitetura regional de segurança marítima, no menor tempo possível, o que inclui o Centro Inter-regional de Coordenação (CIC) em Yaoundé, os centros regionais (CRESMAC e CRESMAO) e também os Centros Multinacionais de Coordenação de zonas (com destaque para o da Zona A, a localizar em Luanda); em segundo lugar, deverá garantir a troca de informação, através de canais seguros, entre as instituições e mecanismos existentes; e, por último, não menos importante, incentivar a cooperação



entre os Estados costeiros e portuários, dinamizando a capacitação na área da segurança marítima, em articulação com o setor privado.

Portugal procurará, ainda, explorar novas perspetivas de colaboração, nomeadamente no âmbito da economia azul e no combate a redes de tráfico (Narcóticos, Armas, Imigração Ilegal), procurando otimizar, neste caso, as valências das estruturas multilaterais sedeadas em Lisboa, nomeadamente a Agência de Segurança Marítima Europeia (EMSA) e o Centro de Análise e Operações Marítimas - Narcóticos (MAOC-N).

Senhores Ministros,

Senhores Representantes dos Estados-membros da CPLP,

O programa do governo português inclui várias e consistentes referências à CPLP. Escusar-me-ão de fazer referência a todas elas, salientando apenas uma que neste fórum mais pertinência reveste a nível multilateral: a afirmação internacional da CPLP, nomeadamente através de uma presença mais coesa e visível no sistema das Nações Unidas. E, no que diz respeito ao objeto desta nossa reunião, deixem-me que sufrague as palavras do Senhor Ministro da Defesa Nacional de Timor-Leste, lá onde fez referência a uma “cultura comum de defesa”.

A valorização do posicionamento geográfico, do relacionamento humano e do potencial da cooperação da nossa comunidade é potenciar o contributo da CPLP para a paz e segurança internacionais. Isso é tanto mais importante que se destaque quanto, segundo creio, a CPLP está num momento dos mais importantes da sua história.



É tempo de concluir. Reitero o compromisso de Portugal com a componente de defesa da CPLP em prol da segurança regional e internacional. É curioso que, em 1998, se falasse da necessidade do desenvolvimento do conceito de globalização como é ainda mais curioso que a “CPLP e a Globalização” tenha sido o lema escolhido pela Presidência Timorense para 2016. A nossa identidade enquanto comunidade é também ela moldada pelas dinâmicas sempre em processo da globalização mas a nossa capacidade para continuarmos a querer cooperar em conjunto será, com certeza, um desafio que teremos de enfrentar. Estou certo de que saberemos honrar aqueles que, agora já perto de duas décadas fizeram nascer esta comunidade.

Uma palavra finalíssima para a Guiné-Bissau e Moçambique. Embora se trate de situações de naturezas distintas, aquelas que nos foram aqui relatadas, cabe apenas uma palavra em ambos os casos: não há crise que sempre dure, não há situação crítica que não passe. Deixo, por isso, uma palavra de esperança para enfrentarem o atual momento, reafirmando que podem sempre contar com a disponibilidade e solidariedade de Portugal.

Muito obrigada.

Díli, 18 de Maio de 2016